

Entre permanências e rupturas: disputas curriculares na formação do músico popular

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO EM SIMPÓSIO

SUBÁREA: Música Popular

Leticia Dias de Lima
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
leticiadiaspiano@gmail.com

Resumo. Esta pesquisa, oriunda de tese de doutoramento em Educação, integrada aos estudos e pesquisa do Observatório de Cultura Escolar (CNPq/UFMS), examina os nexos entre currículo e a formação do músico popular. Seu principal objetivo é promover uma análise comparada da formação prescrita para o músico popular no ensino superior, particularizada em cinco textos/documentos curriculares ofertados em Cursos de Graduação em Música. A pesquisa tem como bases teórico-metodológicas a teoria das práticas sociais, na perspectiva bourdieusiana, e a teoria crítica do currículo. Como orientação metodológica, pauta-se nos Estudos Comparados de natureza bibliográfico documental. No recorte analítico apresentado nesse texto, os dados analisados informam as disputas particulares da música popular, no cruzamento dos campos artístico e educativo, e em que medida tais disputas constituem a identidade social da música e do músico popular. Pode-se concluir que a formação do músico popular, no ensino superior, se torna relativamente autônoma, em uma superação parcial das estruturas conservatoriais predominantes na formação em música.

Palavras-chave. Currículo, Música popular, Ensino superior, Estudos comparados.

Between Continuity and Disruption: Curriculum Debates in the Education of Popular Musicians

Abstract. This research, derived from a doctoral dissertation in Education and linked to the studies and investigations of *Observatório de Cultura Escolar* (CNPq/UFMS), examines the connections between curriculum and the education of the popular musician. Its main purpose is to conduct a comparative analysis of the prescribed training for popular musicians in higher education, focusing on five curricular texts/documents offered in Undergraduate Music Programs. The study is theoretically and methodologically grounded in the theory of social practices, from a Bourdieusian perspective, and in critical curriculum theory. Methodologically, it follows Comparative Studies of a bibliographic and documentary nature. In the analytical section presented here, the data highlight the specific disputes within popular music, at the intersection of the artistic and educational fields, and the extent to which such disputes shape the social identity of both music and the popular musician. The findings suggest that the education of the popular musician in higher



education has become relatively autonomous, partially moving beyond the conservatoire structures that have historically dominated music training.

Keywords. Curriculum, Popular music, Higher education, Comparative studies.

Introdução

Há muito tempo já não se pode contestar o fato de que a tradição eurocêntrica, nas mais diversas áreas do conhecimento, permanece simbolizando o que se poderia chamar de “alta cultura”, de modelo de civilização. Ainda que muitos caminhos tenham sido percorridos na contramão desse princípio, a urgência de debates epistemológicos e empíricos que questionam tal dominação persiste. No campo da música, boa parte dos processos formativos segue centrada no modelo conservatorial, berço da institucionalização do ensino de música no Brasil.

Sabe-se que o conservatório traz consigo a música de tradição eurocêntrica – música erudita, música clássica, música de concerto, dentre outros termos que costumam distingui-la do que se considera o outro lado da equação: música popular. E, se “música” não se limita ao repertório, mas ao conjunto de práticas de produção, transmissão e recepção de diferentes manifestações musicais (ou seja, “músicas” enquanto práticas sociais), podemos questionar não só o lugar da música popular na formação em música, mas a própria identidade do músico popular nesse contexto.

Ao problematizar a formação em música, torna-se imperativo considerar que as práticas canônicas do campo artístico se cruzam com os processos de seleção, organização e distribuição de conhecimentos do campo educativo: “[...] quanto mais um currículo é naturalizado, quanto mais ele é compreendido como o único possível, legítimo e correto, mais eficiente é o processo de deslegitimação dos saberes excluídos desse currículo” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 79). Entre o que se legitima e o que se exclui, ressoa a questão: por que esse conhecimento, e não outro?

Desse emaranhado de questionamentos, surge o debate aqui proposto, que está centrado fundamentalmente no exame dos nexos entre currículo e a formação do músico popular. Operando com a premissa da curricularização como uma questão política, que tem por expectativa produzir determinadas formas de condutas e experiências no âmbito escolar, essa pesquisa promove uma análise comparada da formação prescrita para/do músico popular no



ensino superior. Os aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa são apresentados a seguir, assim como o recorte analítico proposto para o presente texto.

Fundamentação teórico-metodológica

O cruzamento dos campos artístico e educativo, inerente a esta pesquisa, fomenta a mobilização de teorias, conceitos e categorias particulares. Essencial para as análises empreendidas, a concepção relacional da *teoria das práticas sociais*, na perspectiva bourdieusiana¹, constitui a base de nosso referencial teórico-metodológico.

De forma bastante sintética, podemos afirmar que o conhecimento e o reconhecimento das regras do jogo estão contidos nas disposições internalizadas dos agentes (*habitus*) e que, portanto, os campos constituem-se como relações de força entre os agentes e as instituições, que lutam pelo monopólio da autoridade. Tal monopólio materializa-se na hierarquização dos capitais culturais em disputa e, na relação conjuntural entre o *habitus* e o campo, instaura-se a participação da *illusio*, compreendida como a participação interessada no jogo.

A perspectiva bourdieusiana dialoga com a *teoria crítica do currículo*², que complementa nossas análises na dimensão curricular. Nesse sentido, reconhecemos o poder da ideologia e da cultura para a compreensão das relações complexas entre a seleção, organização e distribuição de conhecimentos no processo de escolarização e de formação diante dos interesses de classe.

[...] o conteúdo do currículo e o processo de tomada de decisões que o cerca não podem ser simplesmente resultados de um ato de dominação. O “capital cultural”, declarado como conhecimento oficial, é, então, um conhecimento comprometido, conhecimento que passa por um conjunto complexo de filtros e decisões políticas antes de ser declarado legítimo. (APPLE, 1997a, p. 104)

A partir dessa ótica, destacamos a concepção de *hegemonia*, que se compreende na relação com o controle de recursos culturais. Ou seja, trata-se de evitar certo tom conspiratório a respeito desses mecanismos. Segundo Apple (2006, p. 75), processos reprodutivos tornam-se

¹ Em especial, as proposições do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) (BOURDIEU, 1996, 2004a, 2004b, 2006a, 2006b, 2007a, 2007b, 2008, 2010, 2019; BOURDIEU; PASSERON, 1992, 2014) em torno do poder simbólico, de forma geral, e dos conceitos de campo, *habitus*, capital cultural e *illusio*, em particular.

² Convidamos para o debate autores como Apple (1997a, 1997b, 2001, 2006, 2010); Goodson (2008, 2013); Lopes (2004); Lopes e Macedo (2011) e Pacheco (2006, 2014).



uma “necessidade ‘lógica’ para a manutenção de uma ordem social desigual”. Hegemonia, portanto, refere-se a um “conjunto organizado de significados e práticas, [...] eficaz e dominante de significados, valores e ações que são *vividos*. Entendida em um nível diferente do que o da ‘mera opinião’ ou da ‘manipulação’” (APPLE, 2006, p. 39, grifo do autor).

Estudos comparados

A pesquisa tem como orientação metodológica os *Estudos Comparados* (SILVA, 2016, 2019a, 2019b) de natureza bibliográfico documental, inscritos em uma investigação dos processos educativos e dos sentidos dos fenômenos curriculares nesses processos. Esta ferramenta, arraigada em uma perspectiva sócio-histórica da educação comparada, caracteriza-se, dentre outros fatores, por uma reformulação do projeto de comparação por meio da análise do sentido histórico dos fatos, e não mais dos fatos *per se*.

Trabalhamos, portanto, com uma versão particular dos métodos de comparação, cujos conteúdos informam as chamadas *áreas de comparação*, entendidas como ferramentas de investigação, e tomadas como expressão dos conceitos de campo, *habitus*, capital cultural e *illusio*. As áreas de comparação são encaradas não apenas como expressão de um discurso reproduzido, mas como estratégias, táticas, como um conjunto de disposições que vem sendo recriado, atualizado e, portanto, continuamente reproduzido (produzido de novo) no decorrer dos estudos sobre currículo. Isto posto, elencamos três áreas de comparação: 1) arte e consumo artístico; 2) intenção da distinção e procura da distinção; 3) espaço socialmente construído e representação de uma determinada cultura. Em seu conjunto, as áreas de comparação permitem que a pesquisa recorra aos textos/documentos curriculares como material escrito, aceito tal como ele se apresenta – às vezes, tão incompleto, parcial ou impreciso. Por outro lado, essencial para compor e auxiliar na análise desse objeto.

O presente texto prioriza o debate referente à primeira área de comparação, *arte e consumo artístico*. Esta lente nos permite observar de que forma os Cursos de Música Popular (MP), enquanto formadores do gosto musical devidamente habilitado para representar o popular no campo educativo, atuam como produtores de produtores e de consumidores. Portanto, enfatizamos a problematização do espaço escolar em sua função de produtor do conhecimento oficial, necessário à manutenção da hegemonia dos grupos dominantes (APPLE, 1997, 2006, 2010).



Dos documentos curriculares analisados

As análises da pesquisa se dão na produção de reflexões e diálogos entre dois artefatos históricos, sociológicos e curriculares, quais sejam, a música e a formação do músico, particularizados em cinco textos/documentos curriculares³ ofertados em Cursos de Graduação em Música, das seguintes Instituições de Ensino Superior (IES): (1) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e (2) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), oriundos de Conservatórios Musicais; (3) Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), (4) Universidade Federal da Bahia (UFBA) e (5) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cuja institucionalização não tem origem conservatorial.

No quadro 1, sintetizamos alguns dados a respeito dos Cursos de Música das cinco Universidades selecionadas.

Quadro 1 – Síntese dos Cursos de Música das Universidades selecionadas

Universidade	Unidade	Origem	Ano de implementação do Curso de MP	Cursos de Música oferecidos
Unicamp	Instituto de Artes (IA/Unicamp)	Escola de Música (1970)	1989	- Licenciatura - Bacharelado: Composição, Regência, Instrumento, Música Popular (Instrumento)
UNIRIO	Instituto Villa-Lobos (IVL)	Conservatório Nacional de Canto Orfeônico - CNCO (1942)	1998	- Licenciatura - Bacharelado: Canto, Instrumentos, Composição, Regência, Música Popular Brasileira (MPB)
UFBA	Escola de Música da UFBA	Seminários Livres de Música (1954)	2009	- Licenciatura - Bacharelado: Instrumento, Composição, Regência, Música Popular
UFMG	Escola de Música da UFMG	Conservatório Mineiro de Música (1925)	2009	- Licenciatura - Bacharelado: Composição, Regência, Canto, Instrumentos, Música Popular, Musicoterapia
UFRGS	Instituto de Artes (IA/UFRGS)	Instituto Livre de Belas Artes (1908)	2012	- Licenciatura - Bacharelado: Canto, Composição, Cordas ou Sopros, Regência Coral, Teclado, Música Popular

³ Textos/documentos curriculares referem-se a textos produzidos pelo Ministério da Educação (leis, resoluções, definições etc.) e a documentos produzidos pelas redes de ensino (parâmetros, referenciais, projetos pedagógicos etc.).



Fonte: elaborado pela autora a partir de informações contidas nos endereços eletrônicos das unidades/universidades.

Tomados como fontes e objetos da pesquisa, elencamos os principais documentos curriculares utilizados para as análises, quais sejam, os projetos pedagógicos dos Cursos de Música selecionados (quadro 2).

Quadro 2 – Documentos curriculares das cinco Universidades selecionadas

Universidade	Documento curricular
Unicamp	Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Música (2020)
UNIRIO	Proposta de Alteração Curricular (2007)
UFBA	Reestruturação Curricular do Bacharelado em Música Popular (2017)
UFMG	Projeto Pedagógico do Curso de Música (2016b)
UFRGS	Projeto Pedagógico do Curso de Música (2017)

Fonte: elaborado pela autora. Documentos acessados nos endereços eletrônicos das Universidades ou recebidos via correio eletrônico (cf. referências bibliográficas).

Além dos projetos pedagógicos, outros documentos curriculares são utilizados para complementar as análises, conforme quadro 3.

Quadro 3 – Documentos curriculares complementares⁴

Universidade	Documento curricular
UNIRIO	• Fluxograma (2014a) • Proposta de Ajuste Curricular (2014b) • Ementário Bacharelado em MPB (2021a) • Programa de disciplina (2021b)
UFBA	• Grade Curricular (2020)
UFMG	• Configuração Curricular (2016a) • Ementário (2020)
UFRGS	• Proposta de criação da ênfase Bacharelado em Música: Música Popular (2010) • Matriz curricular (2020a) • Plano de Ensino (2020b)

Fonte: elaborado pela autora. Documentos acessados nos endereços eletrônicos das Universidades ou recebidos via correio eletrônico (cf. referências bibliográficas).

⁴ Alguns documentos curriculares não possuem data de publicação. Desta forma, serão citados com o ano em que foram acessados. São eles: Grade Curricular (UFBA, 2020), Ementário (UFMG, 2020), Matriz Curricular (UFRGS, 2020a), Ementário Bacharelado em MPB (UNIRIO, 2021a) e Programa de disciplina (UNIRIO, 2021b).

Apreendemos os documentos selecionados como capazes de expressar o currículo prescrito para a formação do músico popular e, por outro lado, determinados por disciplinas como espaço de “legalidade específica (de um *nomos*), [definindo-se] por um inconsciente coletivo, produto da incorporação de um *habitus*, presente na (di)visão que constitui o campo científico” (BOURDIEU, 1997, p. 171).

Arte e consumo artístico

As disputas particulares da música popular, neste cruzamento dos campos artístico e educativo, incidem sobre a constituição da identidade social da música e do músico popular, que se definem e se afirmam pela diferença. Vejamos como a distinção do músico popular se dá no recorte analítico dos documentos curriculares selecionados.

Identidade social da música e do músico popular

Como os Cursos selecionados concebem a identidade social da música e do músico popular? Ou seja, em que medida estabelecem diferentes graus de preocupação com a diversidade e reconhecem a necessidade de diálogo entre tradição e inovação? Tais perspectivas são identificadas nas estruturas curriculares dos Cursos, tornando possível identificar certa mobilidade entre as duas faces dos *habitus* (herdado e adquirido) dos agentes do campo artístico.

A “tradição” é identificada de maneira mais evidente na Unicamp e na UFRGS, uma vez que estabelecem um Núcleo Comum (NC) de disciplinas a serem cursadas por alunos de todas as habilitações. Na tabela⁵ 1, observamos as disciplinas que fazem parte do NC da Unicamp, núcleo que ocupa aproximadamente 35% do tempo do Curso de MP.

⁵ Para elaboração das tabelas e quadros, condensamos disciplinas cujos estágios são distribuídos ao longo do Curso. Por exemplo: na UFRGS, a disciplina "Contraponto" é dividida em "Contraponto I" e "Contraponto II". Na tabela 2, consta apenas como *uma* disciplina ("Contraponto"), condensando o número de créditos e de carga horária (CH); porém, na seção "Etapas", consta o número "2", correspondente à quantidade de etapas (semestres) em que a disciplina é presente. Desta forma, podemos dizer que a disciplina "Contraponto" tem "peso 2", pois está presente em duas etapas do Curso. Desta forma, incluímos a categoria *Peso* a esta análise, ideia que se refere à quantidade de etapas (semestres) perpassadas por uma disciplina. Ou seja, o Peso indica a importância da disciplina para o Curso. Afinal, em alguma medida, pode-se considerar que uma disciplina que ocupa seis semestres tem "mais importância", ou "mais peso" do que uma disciplina que ocupa apenas um semestre, uma vez que seu conteúdo ocupa um tempo significativo da formação do músico.



Tabela 1 – Unicamp – Disciplinas obrigatórias a todas as habilitações (Núcleo Comum – NC)

	DISCIPLINA	Créditos	CH	Etapas
1	PERCEPÇÃO MUSICAL	20	300	4
2	RÍTMICA	20	300	4
3	ESTRUTURAÇÃO MUSICAL	4	60	2
4	INTRODUÇÃO À PESQUISA	2	30	1
	TOTAL	46	690	11

Fonte: tabela elaborada a partir de informações contidas em Unicamp (2020).

Dentro deste NC, de forma geral, as três disciplinas voltadas mais diretamente à prática musical (1, 2 e 3) apresentam uma abordagem tradicional, aproximadas do treinamento, da prática progressiva de exercícios e apoiadas por uma bibliografia fundamentalmente tradicional, sem diálogo aparente com práticas e repertórios populares⁶.

Na tabela 2, identificamos as disciplinas que fazem parte do NC da UFRGS.

Tabela 2 – UFRGS – Disciplinas obrigatórias a todas as habilitações – Núcleo Comum (NC)

	DISCIPLINA	Créditos	Carga Horária	Etapas
1	PERCEPÇÃO MUSICAL	16	240	4
2	HISTÓRIA DA MÚSICA	12	180	4
3	ANÁLISE MUSICAL	8	120	4
4	HARMONIA	8	120	4
5	CONTRAPONTO	8	120	2
6	HISTÓRIA DA MÚSICA BRASILEIRA	6	90	2
7	FUNDAMENTOS DA MÚSICA	2	30	1
8	INICIAÇÃO À PESQUISA	2	30	1
	TOTAL	62	930	22

Fonte: tabela elaborada a partir de informações contidas em UFRGS (2020a, 2020b).

Segundo o que se estabelece no Projeto Pedagógico da UFRGS, as disciplinas de caráter obrigatório constituem uma “sólida formação básica”, com conhecimentos que “particularizam e dão consistência à área de música como um campo de conhecimento” (UFRGS, 2017, p. 3). As disciplinas obrigatórias do NC da UFRGS ocupam, aproximadamente, 47% da carga horária do Curso; observa-se, portanto, uma divisão da matriz curricular, evidenciando, de forma

⁶ No entanto, é relevante mencionar que, no interior da disciplina “Rítmica”, encontramos a abordagem proposta por José Eduardo Gramani, que se constitui em uma prática empírica e criativa, considerando a visão eurocêntrica do estudo do ritmo bastante restritiva. Trata-se de uma abordagem contra-hegemônica que muito dialoga com as vivências da música popular. Para mais informações sobre a abordagem de Gramani, cf. Lima (2018).

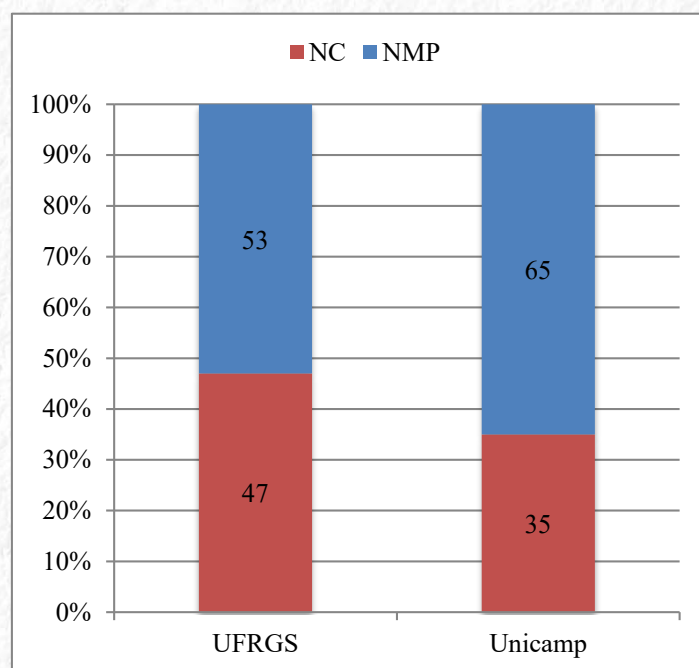


aproximada, que metade das disciplinas se referem aos conteúdos considerados “básicos” da Música, de forma geral, enquanto a outra metade engloba conteúdos “específicos” da MP.

O próprio título das disciplinas do NC não carece de rótulos “eruditos”, por não se tratar da “História da música *erudita*”, ou dos “Fundamentos da música *clássica*”, tampouco da “Harmonia da música de concerto europeia ocidental do século XVI ao século XXI”. Trata-se da “História da música”, dos “Fundamentos da música”, ou, simplesmente, “Harmonia”. Os títulos das disciplinas são apenas um indício, um sintoma mais evidente, da seleção e organização de conhecimentos operadas nesses documentos curriculares.

No gráfico 1, visualizamos o tempo de Curso que o aluno dedica ao NC e ao Núcleo de Música Popular (NMP), na UFRGS e na Unicamp.

Gráfico 1 – UFRGS e Unicamp – Tempo de Curso destinado ao Núcleo Comum (NC) e ao Núcleo de Música Popular (NMP), em porcentagens aproximadas



Fonte: gráfico elaborado a partir de informações contidas em Unicamp (2020) e UFRGS (2017, 2020a, 2020b).

O NC da Unicamp não ocupa uma parcela tão extensa do Curso (como é o caso da UFRGS), mas encontra-se estruturado, basicamente, sem a presença da MP. Já na UFRGS, localizam-se modestas menções ao popular no NC, incluindo termos como jazz, música



instrumental internacional, canção popular e improvisação. As disciplinas do NC tratam, majoritariamente, das práticas e repertórios de tradição erudita, excetuando-se a disciplina “História da música brasileira”, que engloba muito do universo popular, como modinhas, lundus, música popular urbana (disco, rádio e indústria cultural), choro, bossa nova, tropicalismo e Música Popular Brasileira (MPB). Também há menção ao embate “erudito *versus* popular” (pós-1945).

Inferimos que a presença dessa disciplina no NC (ainda que tenha metade do Peso da disciplina “História da música”), aliada às sucintas menções à música popular, evidenciam a incorporação gradual do popular ao “conjunto de saberes [...] que particularizam e dão consistência à área da música como campo de conhecimento” (UFRGS, 2017, p. 3) e, ao mesmo tempo, o deslocamento transversal, que implica na passagem de um campo ao outro, que pode se dar no mesmo plano horizontal (formação) ou em planos diferentes (a importância de uma área sobreposta a outra).

Embora seja imprescindível reconhecer a densidade histórica da tradição erudita, esta não é identificada, nos documentos curriculares analisados acima, em uma perspectiva histórica, nem mesmo social. Ao contrário, inferimos que a tradição erudita representa o que se entende por conhecimento “básico” da música (olhar estético), o que inevitavelmente implica em uma ruptura social.

A princípio, a distinção da identidade social do popular, especialmente no que se refere a diversidade e inovação (em oposição a “tradição”), é mais evidente nas estruturas curriculares da UNIRIO, UFBA e UFMG (embora esteja presente nas defesas das cinco IES selecionadas, em diferentes medidas). Isto porque estas IES não determinam um NC a todas as habilitações, mas uma implementação de cargas horárias obrigatórias à habilitação em MP, somadas a cargas horárias optativas relativamente flexíveis. A tabela 3 indica as disciplinas obrigatórias à habilitação em MP na UNIRIO, às quais o aluno deve dedicar aproximadamente 71% do tempo de Curso (os 29% restantes são dedicados às disciplinas optativas).

Tabela 3 – UNIRIO – Disciplinas obrigatórias ao Bacharelado em Música – Habilitação em Música Popular Brasileira (MPB)

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS – MPB			
	DISCIPLINA	Créditos	CH
1	ARRANJO	18	270
			Etapas
			6



2	PERCEPÇÃO MUSICAL ⁷	16	240	4
3	HARMONIA EM MÚSICA POPULAR	8	120	4
4	PRÁTICA DE CONJUNTO	4	120	4
5	PRÁTICA DE ORQUESTRA DE MÚSICA POPULAR	4	120	2
6	ANÁLISE DE MÚSICA POPULAR	6	90	3
7	ANÁLISE MUSICAL	6	90	3
8	HISTÓRIA DA MÚSICA	6	90	3
9	HARMONIA DE TECLADO	4	60	2
10	HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA	4	60	2
11	TÉCNICAS DE IMPROVISAÇÃO	4	60	2
12	OFICINA DE MÚSICA	2	60	1
13	MÚSICA DE TRADIÇÃO ORAL NO BRASIL	2	30	1
14	MÚSICA E INDÚSTRIA CULTURAL	2	30	1
15	REGÊNCIA CORAL	2	30	1
16	TRANSCRIÇÃO DA CANÇÃO	2	30	1
17	CANTO CORAL	1	30	1
TOTAL		91	1.530	41

Fonte: tabela elaborada a partir de informações contidas em UNIRIO (2014a).

Na UFBA, as disciplinas estão organizadas em quatro componentes curriculares: 1) Obrigatórios (aprox. 30% do tempo de Curso); 2) Optativos Formativos (aprox. 32,5%); 3) Optativos (aprox. 26%); e 4) Livre Escolha (aprox. 11,5%). Os componentes Optativos Formativos⁸ ocupam aproximadamente 62,5% do tempo de Curso. Tais componentes são discriminados na tabela 4.

Tabela 4 – UFBA – Disciplinas do Bacharelado em MP (componentes obrigatórios e optativos formativos)

DISCIPLINA		CH	Etapas
COMPONENTES OBRIGATÓRIOS (CH mínima de 697h)			
1	HARMONIA NA MÚSICA POPULAR	204	4
2	PERCEPÇÃO MUSICAL	136	4
3	HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA	102	2
4	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	68	2
5	PRÁTICA DE CONJUNTO: CANTO CORAL	68	1
6	PESQUISA EM MÚSICA	51	1
7	IMPROVISAÇÃO PARA MÚSICA POPULAR	34	1
8	TÓPICOS EM TECNOLOGIA APLICADA À MÚSICA	34	1
SUBTOTAL		697	16
COMPONENTES OPTATIVOS FORMATIVOS (CH mínima de 765h)			
1	SEMINÁRIOS EM INSTRUMENTO I-VIII	544	8
2	COMPOSIÇÃO PARA MÚSICA POPULAR I-VIII	408	8
3	ARRANJO PARA MÚSICA POPULAR I-V	255	5
4	MÚSICA DE CÂMARA I-IV	136	4
5	HARMONIA NA MÚSICA POPULAR V e VI	102	2

⁷ Esta disciplina é dividida em Percepção Musical I e II e Percepção Musical Avançada I e II.

⁸ Os componentes Optativos Formativos eram obrigatórios a pelo menos uma das antigas habilitações do Curso de MP (habilitação em Execução ou habilitação em Composição e Arranjo) e, por isso, parecem exercer maior “influência” na estrutura curricular, compondo uma carga horária “tacitamente obrigatória”.



6	CONTRAPONTO I e II	68	2
7	OFICINA DE ESTILOS I e II	68	2
8	PERCEPÇÃO MUSICAL V e VI	68	2
9	RITMOS AFRO-BAIANOS I e II	68	2
10	PRÁTICA DE CONJUNTO: CANTO CORAL II	68	1
11	COMPOSIÇÃO PARA AUDIOVISUAL I	51	1
12	PIANO SUPLEMENTAR I e II	34	2
13	ADMINISTRAÇÃO PARA MÚSICOS	34	1
14	TÓPICOS EM TECNOLOGIA APLICADA À MÚSICA II	34	1
15	TÓPICOS ESPECIAIS EM MÚSICA POPULAR	34	1
TOTAL		2.669	58

Fonte: tabela elaborada a partir de informações contidas em UFBA (2017).

No cenário da UFMG, aproximadamente 60% do tempo de Curso volta-se para as disciplinas obrigatórias, sendo que os demais 40% dividem-se em carga horária optativa (aprox. 37,5%) e formação livre (aprox. 2,5%). As disciplinas obrigatórias estão elencadas na tabela 5.

Tabela 5 – UFMG – Disciplinas obrigatórias ao Bacharelado em Música – Habilitação em Música Popular (MP)

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS				
	DISCIPLINA	Créditos	CH	Etapas
1	PERCEPÇÃO MUSICAL	16	240	4
2	PERFORMANCE EM INSTRUMENTO / CANTO EM MP	16	240	4
3	GRAVAÇÃO	8	120	2
4	MÚSICA, CULTURA E SOCIEDADE	8	120	2
5	ARRANJO	6	90	2
6	IMPROVISACÃO PARA PERFORMANCE EM MP	6	90	2
7	HARMONIA AO TECLADO	4	60	2
8	HARMONIA NA MÚSICA POPULAR	4	60	2
9	PRODUÇÃO MUSICAL	4	60	2
10	RÍTMICA	4	60	2
11	TRANSCRIÇÃO	4	60	2
12	HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR	4	60	1
13	INTRODUÇÃO À PESQUISA EM MÚSICA POPULAR	4	60	1
14	SEMINÁRIOS TEMÁTICOS EM MÚSICA POPULAR	4	60	1
15	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – MP	4	60	1
TOTAL		96	1.440	30

Fonte: tabela elaborada a partir de informações contidas em UFMG (2016a, 2016b).

Entre tais disciplinas de caráter obrigatório, tem destaque a “Percepção Musical” – única disciplina presente em todos os Cursos analisados com uma predominância semelhante, em termos de obrigatoriedade, carga horária, créditos e peso. No que se refere às disciplinas obrigatórias à habilitação em MP, ressaltam-se: “Arranjo”, “Prática de Conjunto”, “Prática de



Orquestra de Música Popular” (UNIRIO); “Seminários em Instrumento”, “Composição para Música Popular”, “Arranjo para Música Popular” e “Harmonia na Música Popular” (UFBA); e “Performance em instrumento/canto em Música Popular”, “Gravação” e “Música, Cultura e Sociedade” (UFMG).

No núcleo de disciplinas obrigatórias à habilitação em MP da Unicamp (que ocupam aproximadamente 65% do Curso), encontramos maior peso em disciplinas de estudo de instrumento (Cordas, Percussão, Sopros, Teclados ou Voz), “Prática Instrumental”, “Harmonia”, “História e Linguagem da Música Popular” e “Música e Tecnologia”. Na tabela 6 observamos as disciplinas obrigatórias à habilitação em MP, bem como aquelas obrigatórias a cada especialidade. No total, essas disciplinas ocupam aproximadamente 65% do tempo de Curso (os demais 35% ficam com o Núcleo Comum a todos os Cursos de Música da Unicamp, analisado anteriormente) – tabela 6.

Tabela 6 – Unicamp – Disciplinas obrigatórias ao Bacharelado em Música – Habilitação em Música Popular (MP)

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS – MP (COMUNS A TODAS AS ESPECIALIDADES)				
DISCIPLINA		Créditos	CH	Etapas
1	PRÁTICA INSTRUMENTAL	18	270	6
2	HARMONIA	8	120	4
3	HISTÓRIA E LINGUAGEM DA MÚSICA POPULAR	8	120	4
4	MÚSICA E TECNOLOGIA	8	120	4
5	ARRANJO	4	60	2
6	MÚSICA INDUSTRIALIZADA	4	60	2
7	TRILHAS SONORAS	4	60	2
8	PROJETO FINAL DE GRADUAÇÃO	6	90	1
TOTAL		60	900	25
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS – MP (POR ESPECIALIDADE)				
DISCIPLINA		Créditos	CH	Etapas
9	CORDAS (ESP. CORDAS – MP)	24	360	8
10	PERCUSSÃO (ESP. PERCUSSÃO – MP)	24	360	8
11	SOPROS (ESP. SOPROS – MP)	24	360	8
12	TECLADOS (ESP. TECLADOS – MP)	24	360	8
13	VOZ (ESP. VOZ – MP)	24	360	8
14	CANTO NA MÚSICA POPULAR (ESP. VOZ – MP)	14	210	7
TOTAL		134	2.010	47

Fonte: tabela elaborada a partir de informações contidas em Unicamp (2020).

Na UFRGS, o Núcleo de MP ocupa aproximadamente metade do tempo do Curso, com maior relevância para a disciplina “Prática Musical Coletiva” e o desenvolvimento do Trabalho



de Conclusão de Curso, denominado “Projeto de Graduação em Música Popular”, conforme tabela 7.

Tabela 7 – UFRGS – Disciplinas obrigatórias ao Bacharelado em Música – Habilitação Música Popular (MP)

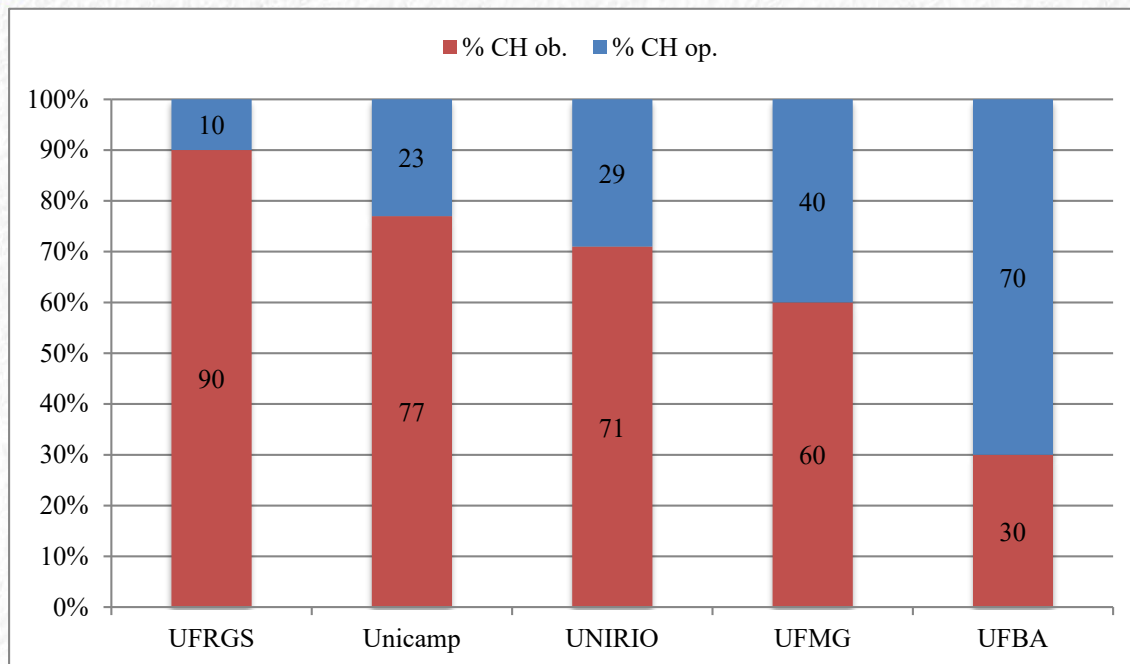
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS – MP				
	DISCIPLINA	Créditos	CH	Etapas
1	PRÁTICA MUSICAL COLETIVA	18	270	6
2	PROJETO DE GRADUAÇÃO EM MÚSICA POPULAR	0	180	1
3	ANÁLISE DA CANÇÃO POPULAR	6	90	2
4	MÚSICA POPULAR DO BRASIL	6	90	2
5	ARRANJOS VOCAIS E INSTRUMENTAIS	4	60	2
6	IMPROVISACÃO MUSICAL	4	60	2
7	PRODUÇÃO FONOGRÁFICA	4	60	2
8	TRILHAS SONORAS	4	60	2
9	INTRODUÇÃO AO PROJETO DE GRADUAÇÃO EM MP	3	45	1
10	MÚSICAS TRADICIONAIS DO BRASIL	3	45	1
11	COMPOSIÇÃO DE CANÇÃO	2	30	1
12	LABORATÓRIO DE IMPROVISACÃO MUSICAL LIVRE	2	30	1
13	PRÁTICA DE ESTÚDIO DIGITAL	2	30	1
	TOTAL	58	1.050	24

Fonte: tabela elaborada a partir de informações contidas em UFRGS (2020a, 2020b).

Observamos as diferenças entre os Cursos de MP, no que se refere ao tempo dedicado a disciplinas obrigatórias e optativas. Em comparação, temos o panorama do gráfico 2.

Gráfico 2 – Tempo de Curso destinado a disciplinas obrigatórias (CH ob.) e optativas (CH op.), em porcentagens aproximadas





Fonte: gráfico elaborado a partir de informações contidas em Unicamp (2020), UNIRIO (2007, 2014a), UFBA (2017), UFMG (2016a, 2016b) e UFRGS (2017, 2020a).

Tal panorama nos permite constatar distinções entre Cursos, no que se refere a certa flexibilização do desenho curricular. Os dois contextos que propõem um NC obrigatório a todos os Cursos de música (UFRGS e Unicamp) são também os que apresentam maior tempo de Curso destinado à carga horária obrigatória. No caso da UFBA, por exemplo, o desenho curricular apresenta uma proposta virtualmente oposta, uma vez que 70% do tempo de Curso destina-se às disciplinas optativas.

Este olhar parcial em direção aos documentos curriculares nos permite assumir uma perspectiva mais ampla, a partir da qual observamos os Cursos selecionados como espaços escolares produtores de conhecimento oficial.

Considerações

Conforme o campo onde se insere, a música popular percorre caminhos bastante heterogêneos. Sua incorporação ao campo educativo revela uma série de relações conflituosas de força entre os agentes e as instituições. Nesse sentido, podemos inferir que os próprios *habitus* do campo educativo demandam da música popular um conjunto de disposições e



inclinações que somente a posse de determinados capitais pode assegurar. Em outras palavras, a própria existência (ou sobrevivência) da música popular no campo educativo está condicionada ao efeito de refração inerente ao cruzamento de campos.

O caráter legítimo dos saberes eruditos reporta-se a uma perspectiva acadêmica de conhecimento⁹, que toma os saberes dominantes como dados, ao selecioná-los com base na lógica dos conhecimentos disciplinares acadêmicos e na ideia de cânone. Com efeito, a música erudita, como “cultura transmitida pela escola”, é naturalizada, tornando-se parte de uma seleção supostamente “objetiva e inquestionável, embora seja arbitrária e de natureza social” (VALLE, 2014, p. 64). Nesse sentido, entendemos que as proposições para as formações do músico herdam o conjunto inculcado de significados, expectativas e comportamentos compartilhados por um determinado grupo social, que comunga da “ilusão da realidade”, neste caso, camuflada pela/na formalização limitadora do erudito *versus* o popular, dando forma aos textos/documentos curriculares.

Contudo, as análises nos permitem inferir que a formação do músico popular, no ensino superior, se torna relativamente autônoma, por constituir-se como uma ruptura (ainda que parcial) com a dependência estrutural da formação em relação ao campo de poder, a erudição. No cruzamento de campos, são identificadas estruturas e processos construídos no desenvolvimento de formas alternativas de acesso ao conhecimento, que representam, como seu componente utópico, normativo e filosófico, uma superação das formas conservatoriais existentes.

Referências

APPLE, Michael. *Conhecimento oficial: a educação democrática numa era conservadora*. Tradução Maria Isabel Edelweiss. Petrópolis: Vozes, 1997a.

APPLE, Michael. *Educação e poder*. Tradução João Menelau Paraskeva. Porto (Portugal): Porto Editora, 2001.

APPLE, Michael. *Global crises, social justice, and education*. New York: Routledge, 2010.

⁹ A perspectiva *acadêmica* de conhecimento, assim como as perspectivas *instrumental*, *progressivista* e *crítica*, representam os principais embates em torno do *conhecimento* no campo do Currículo (LOPES; MACEDO, 2011). Este trabalho se constrói fundamentalmente a partir da incorporação da perspectiva crítica.



APPLE, Michael. *Ideologia e currículo*. Tradução Vinicius Figueira. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

APPLE, Michael. *Teoría Crítica y Educación*. Tradução Soledad Laclaud. Buenos Aires: Miño y Dávila editores, 1997b.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução Reynaldo Bairão. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Os herdeiros*: os estudantes e a cultura. Tradução Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Tradução Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007a.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença*: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Tradução Guilherme J. F. Teixeira e Maria da Graça Jacintho Setton. 3ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2006a.

BOURDIEU, Pierre. *As estruturas sociais da economia*. Tradução Lígia Calapez e Pedro Simões. Porto: Campo das Letras, 2006b.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*: gênese e estrutura do campo literário. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

BOURDIEU, Pierre. *El sentido social del gusto*: Elementos para una sociología de la cultura. Tradução Alicia Gutiérrez. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004b.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Tradução Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*: sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Corrêa. 9ª ed. Campinas: Papirus, 2008.

GOODSON, Ivor F. *As políticas de currículo e de escolarização*: abordagens históricas. Tradução Vera Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2008.



GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*. Tradução Attílio Brunetta. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

LIMA, Leticia D. Percepção musical no ensino superior: Avaliação de métodos de rítmica sob a ótica da cognição musical. *Percepta*, Curitiba, v.6, n.1, p. 17-34, 2018.

LOPES, Alice C.; MACEDO, Elizabeth. *Teorias de currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 109-118, 2004.

PACHECO, José A. *Educação, Formação e Conhecimento*. Porto: Porto Editora, 2014.

PACHECO, José A. Uma perspectiva actual sobre a investigação em Estudos Curriculares. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 247-272, 2006.

SILVA, Fabiany C. T. *Da história do currículo aos textos/documentos curriculares: os estudos comparados como ferramenta metodológica de pesquisa*. 2019. 87 p. Tese (Professor Titular) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019b.

SILVA, Fabiany C. T. Estudo comparado: fundamentos teóricos e ferramentas de investigação. *Educ. Pesqui.*, v. 45, e193081, p. 1-20, 2019a.

SILVA, Fabiany C. T. Estudos comparados como método de pesquisa: a escrita de uma história curricular por documentos curriculares. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21, n. 64, p. 209-224, 2016.

UFBA. *Grade curricular*. [2020]. Disponível em: <https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/CurriculoCursoGradePublico.do?cdCurso=514140&nuPerCursoInicial=20091>

UFBA. *Reestruturação curricular do bacharelado em música popular* [online]. 2017. Recebido via correio eletrônico. Fevereiro 2022. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1FEKoEdNZxpjVTFv9iSN9n9_FyiUoKl1kp?usp=sharing

UFMG. *Configuração curricular*. 2016a. Disponível em: https://musica.ufmg.br/wp-content/uploads/2020/06/MÚSICA_POPULAR_GRADE_2017-1.pdf. Acesso em: 27 jul. 2020.

UFMG. *Ementário*. [2020]. Disponível em: <https://musica.ufmg.br/index.php/graduacao/>. Acesso em: 27 jul. 2020.



UFMG. *Projeto Pedagógico do Curso de Música*. Belo Horizonte, 2016b. Disponível em: https://musica.ufmg.br/wpcontent/uploads/2020/06/PROJETO_PEDAGÓGICO_MÚSICA_2017.pdf. Acesso em: 27 jul. 2020.

UFRGS. *Matriz Curricular*. [2020a]. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=338. Acesso em: 9 ago. 2020.

UFRGS. *Plano de Ensino* [online]. 2020b. Recebido via correio eletrônico. Agosto 2020. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1FEKoEdNZxpjVTFv9iSN9n9_FyiUoKlkp?usp=sharing

UFRGS. *Projeto Pedagógico do Curso de Música*. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/institutodeartes/wp-content/uploads/2018/03/Projeto-Pedag%C3%B3gico-M%C3%BAsica-Bacharelado.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

UFRGS. *Proposta de criação da ênfase Bacharelado em Música: Música Popular, na UFRGS*. In: PRASS, Luciana; ZANATTA, Luciano S.; ABREU, Caroline S. (Orgs.). Porto Alegre: Departamento de Música, 2010.

UNICAMP. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Música*. Campinas, 2020. Recebido via correio eletrônico. Junho 2021. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1FEKoEdNZxpjVTFv9iSN9n9_FyiUoKlkp?usp=sharing

UNIRIO. *Ementário Bacharelado em MPB* [online]. [2021a]. Recebido via correio eletrônico. Janeiro 2021. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1FEKoEdNZxpjVTFv9iSN9n9_FyiUoKlkp?usp=sharing

UNIRIO. *Fluxograma – Curso de Bacharelado em Música Popular Brasileira – Arranjo*. 2014a. Disponível em: http://www.unirio.br/proreitorias/cla/ivl/cursos/cursos/fluxograma_bach_mbp_arranjo_unirio.pdf. Acesso em: 4 ago. 2020.

UNIRIO. *Programa de disciplina* [online]. [2021b]. Recebido via correio eletrônico. Janeiro 2021. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1FEKoEdNZxpjVTFv9iSN9n9_FyiUoKlkp?usp=sharing

UNIRIO. *Proposta de ajuste curricular* [online]. [2014b]. Recebido via correio eletrônico. Janeiro 2021. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1FEKoEdNZxpjVTFv9iSN9n9_FyiUoKlkp?usp=sharing



UNIRIO. *Proposta de alteração curricular* [online]. 2007. Recebido via correio eletrônico. Janeiro 2021. Disponível em:
https://drive.google.com/drive/folders/1FEKoEdNZxpjVTFv9iSN9n9_FyiUoKlkp?usp=sharing

VALLE, Ione R. *Sociologia da educação: currículo e saberes escolares*. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

